

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: trajetória de implantação da comissão permanente UFRJ-Macaé acessível e inclusiva

The inclusion of person with disability in higher education: trajectory of implantation of ufrj-macaé permanent commission accessible and inclusive

Jane de Carlos Santana Capelli

Doutora em Ciências. Professora Associada do Curso de Nutrição, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: jcscapelli@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8009-3715

Inês Leoneza de Souza

Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Curso de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: ines.leoneza@gmail.com

ORCID: 0000-0001-8280-3306

Uliana Pontes Vieira

Doutora em Educação, Difusão e Gestão em Biociências. Professora Adjunta do Curso de Medicina, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: ulianapontes@macae.ufrj.br

ORCID: : 0000-0001-8035-3831

Adriana Bispo Alvarez

Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Curso de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: bispo.alvarez@gmail.com

ORCID: 0000-0001-6761-9025

Raquel Silva de Paiva

Doutora em Enfermagem. Professora Assistente do Curso de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: paiva.raquels@gmail.com

ORCID: 0000-0001-6381-961X

Resumo

Objetivo: apresentar as experiências do processo de implantação até as ações recentes da Comissão Permanente UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva, da UFRJ-Campus Macaé Professor Aloísio Teixeira.

Métodos: O estudo apresenta um relato de experiências vividas por membros da CPAI, no período entre o segundo semestre de 2016 e 2019. Para a estruturação deste relato, foram reunidas as memórias dos encontros, atas de reuniões da CPAI, publicações de matérias referentes a CPAI tanto na mídia impressa como digital. **Resultados:** Foram identificados quatro aspectos relevantes: História da consolidação das instâncias voltadas às pessoas com deficiência na UFRJ; Implantação da CPAI;

Entrada dos estudantes com deficiência na UFRJ-Campus Macaé; Ações da CPAI. **Considerações finais:** A CPAI tem realizado ações que propiciam um frequente diálogo sobre a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, sendo relevante para a atenção a estes no âmbito do ensino superior, por muitas vezes acessível apenas para uma parcela da população com deficiência.

Palavras-chave: Acolhimento; Educação; Saúde Pública.

Abstract

Objectives: To present the experiences of the implementation process up to the recent actions of the Permanent Commission UFRJ-MACAÉ Accessible and Inclusive, of the *UFRJ-Macaé Campus Professor Aloisio Teixeira*. **Methods:** The study presents an account of experiences lived by members of the CPAI, in the period between the second half of 2016 and 2019. For the structuring of this report, the memories of the meetings, minutes of meetings of the CPAI, publications of materials related to CPAI in both print and digital media. **Results:** Four relevant aspects were identified: History of the consolidation of instances aimed at people with disabilities at UFRJ; Implementation of CPAI; Entrance of students with disabilities to the *UFRJ-Macaé Campus*; CPAI shares. **Final considerations:** CPAI has carried out actions that provide a frequent dialogue on the accessibility and inclusion of students with disabilities, being relevant to the attention to them in the context of higher education, which is often accessible only to a portion of the population with disabilities.

Keywords: User Embracement; Higher Education; Public Health.

Introdução

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, tendo a sua sede na Ilha do Fundão (UFRJ-Campus Cidade Universitária), na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em seu estatuto, capítulo II, em relação aos objetivos gerais, no Art. 6º, *destina-se a completar a educação integral do estudante, à busca e ampliação dos conhecimentos e à preservação e difusão da cultura*.¹

Em seus 100 anos de existência, a UFRJ é considerada a maior Universidade Federal do Brasil, de incontestável qualidade acadêmica e pesquisa², possuindo outros *Campi*, no município do Rio de Janeiro (*Campus Praia Vermelha*, *Campus Cidade Universitária* e *Campus Centro*) e em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ-Campus Macaé Professor Aloisio Teixeira e UFRJ-Campus Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade).

No ano de 2011, a UFRJ iniciou a oferta de vagas pelo sistema de cotas para estudantes negros e indígenas²; e, no segundo semestre de 2017, em atendimento a Lei nº 13.409/2016³, conhecida como “Lei de Cotas”, recebeu em todos os seus *Campi* os primeiros estudantes com deficiência. Cabe ressaltar que a “Lei de Cotas” é uma modalidade emergencial das Políticas de Ação Afirmativa visando diminuir os hiatos no campo da educação inclusiva.⁴

No entanto, no ensino superior, a discussão e o investimento no âmbito da educação inclusiva ainda são pulverizados, necessitando a ampliação de debates e de movimentos em prol das pessoas com deficiência, uma vez que na realidade atual se verifica grande evasão desse público nas universidades, além de importantes lacunas no âmbito das políticas públicas⁵, permitindo a existência de barreiras atitudinais, pedagógicas, sociais, linguísticas⁶, dentre outras, que trazem como consequência, dentre outras, a evasão escolar do estudante com deficiência.

Observa-se um importante esforço no campo das políticas públicas educacionais para que as instituições de ensino se organizem de modo a permitir maior acessibilidade e inclusão no processo

de ensino-aprendizagem do estudante com deficiência.⁵ Debates no âmbito da educação inclusiva têm acontecido desde o século XX, porém intensificados nas últimas duas décadas, exigindo, principalmente da parte dos educadores, o aprimoramento no conhecimento das diferentes deficiências devido a suas especificidades.^{7,8}

Na UFRJ- Campus Macaé Professor Aloisio Teixeira (que será denominado neste texto de UFRJ-Campus Macaé), os primeiros estudantes com deficiência (EcD) entraram no primeiro semestre de 2018, encontrando um *campus* sem infraestrutura; docentes sem capacitação prévia para ensinar estudantes com deficiências específicas, destacando-se à época o ingresso de um estudante surdo sinalizante na Língua Brasileira de Sinais (Libras); uma comissão voltada ao atendimento a pessoa com deficiência (PcD), a Comissão Permanente UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva (CPAI), ainda em processo de consolidação para recebê-los segundo suas demandas e necessidades específicas; a falta de profissionais técnicos capacitados, como por exemplo, tradutor e intérprete da Libras (TIL), sendo apenas um concursado no *campus*; dentre outras situações que entravam a adequada inclusão e acessibilidade destes estudantes.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar as experiências do processo de implantação até as ações recentes da Comissão Permanente UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva da UFRJ- Campus Macaé.

Metodologia

O estudo apresenta um relato de experiências vividas por membros da CPAI no período entre o segundo semestre de 2016 e 2019, da UFRJ-Campus Macaé, que se configura em um *campus* de expansão e interiorização do ensino superior da UFRJ⁹, constituindo-se em uma estrutura integrada, sem departamentos, tendo parceria com a prefeitura de Macaé.¹⁰

Para a estruturação do relato, inicialmente foram reunidas as memórias dos encontros, atas de reuniões da CPAI, publicações de matérias referentes à CPAI tanto na mídia impressa (jornais etc.) como digital (*sites de internet*). O conteúdo do material foi consolidado por meio de uma leitura minuciosa, com seleção, sistematização e organização das ações de forma cronológica de modo a atender o objetivo proposto.

Após a análise do material levantado, foram identificados quatro aspectos relevantes ao texto: “História da consolidação das instâncias voltadas a PcD na UFRJ”; “Implantação da CPAI”; “Entrada dos estudantes com deficiência no Campus UFRJ-Macaé”; “Ações da CPAI”.

Resultados e Discussão

História da consolidação das instâncias voltadas a PcD na UFRJ

Antes de iniciar a apresentação da implantação e ações da CPAI é importante contextualizar a UFRJ antes da “Lei de Cotas”. Na instituição, a discussão sobre inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência acontecia por meio de ações interdisciplinares, da mobilização de grupos de pessoas que se interessam pelo tema. No ano de 2007, o Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade – NIA, foi criado e, no ano de 2010, incorporado à DINAAC - Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários.¹¹

A Lei nº 12.711 de 2012¹², que dispõe sobre o ingresso em universidades e outras instituições federais de ensino, foi alterada pela Lei nº 13.409 de 2016³, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, em seus artigos 3º, 5º e 7º e definiu o prazo de 10 anos para que as universidades federais

se adequassem à lei.

Em função da lei, a UFRJ criou, em setembro de 2016, o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI), que se caracteriza como um órgão consultivo, regido segundo as prerrogativas legais que fundamentam a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A partir de outubro do mesmo ano, o FPAI passou a realizar uma plenária toda terceira quinta-feira de cada mês, por um período de 9 meses, tendo como um dos objetivos discutir questões referentes aos ingressantes pela “Lei de Cotas”.¹³

O FPAI desde a sua criação e implantação solicitou a presença de representantes dos centros da UFRJ, além de estudantes e técnicos, tendo a presença de uma docente representante da UFRJ-Campus Macaé, aprovada pelo Conselho Deliberativo, desde novembro de 2016.

Os candidatos PcD aprovados na UFRJ, no ato da pré-matrícula, devem entregar laudo médico e demais exames que comprovem sua deficiência na secretaria acadêmica, que abrirá um processo para cada candidato, e, via malote, encaminhar todos os processos à equipe da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST), que fica na UFRJ-Campus Cidade Universitária. A CPST, após análise cuidadosa de cada processo, irá deferir ou não a matrícula de cada PcD. No segundo semestre de 2017, a CPST deferiu a matrícula de 41 candidatos com deficiência nos *Campi* da UFRJ.

Para atender as demandas de PcD ingressantes na UFRJ, no primeiro semestre do ano de 2017, foram iniciadas diversas ações, como a abertura do edital de concurso para profissionais das áreas de Tecnologia da leitura (TL) Visual, Acessibilidade, Acessibilidade audiovisual, Tecnologia da Informação (TI) edificação, TI Libras, Tradução de Libras. Visando institucionalizar as ações solidárias entre estudantes que buscam ajudar seus colegas com deficiência, a UFRJ está desenvolvendo o “Programa de Monitoria Especial” pela PR1 – Pró Reitoria de Graduação.

No segundo semestre de 2017 e no primeiro de 2018, aconteceram, respectivamente, os 1º e 2º Encontros de Sensibilização Universitária sobre Acessibilidade, coordenados por um membro efetivo da Câmara de Assuntos Acadêmicos, conhecida como Câmara II, do FPAI.

No ano de 2018, devido à demanda do FPAI, foi criada a Diretoria de Acessibilidade (Dirac), que se constitui em uma instância executiva, vinculada ao Gabinete do Reitor, com o objetivo de elaborar e implementar a Política de Acessibilidade da UFRJ.¹³

Implantação da CPAI

No ano de 2017, aprovada pelo Conselho Deliberativo da UFRJ-Campus Macaé, foi criada Comissão Provisória UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva (CPAI), por meio da Portaria 9.348, de 19 de outubro de 2017, com o interstício de outubro de 2017 a março de 2018. A CPAI é uma instância consultiva, vinculada à Direção da UFRJ-Campus Macaé, com o objetivo de apoiar as PcD, mapear estudantes com deficiência, levantar as necessidades das PcD e identificar como está o *campus* no que tange a acessibilidade e inclusão. Em 11 de abril de 2018, pela Portaria nº 3.332, a comissão passou a ter caráter permanente sendo denominada, a partir de então, como Comissão Permanente UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva – CPAI.

O regimento da CPAI foi elaborado pelos seus membros efetivos e foi aprovado no ano de 2019. A Comissão apresenta uma interface com a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e, dentre as suas atribuições, discute leis, estatutos e resoluções sobre o tema PcD, leva temas e participa das discussões abordadas na Plenária do FPAI, realizada na UFRJ-Campus Cidade Universitária, entre outros. Acompanha a matrícula das PcD em Macaé, junto à Secretaria Acadêmica e aos cursos de graduação, faz o levantamento da infraestrutura e recursos humanos do *campus* que atendem ou não às necessidades do seu corpo social com deficiência ou

não (discentes, docentes e técnicos) para encaminhar à Direção do *campus* e organiza e apoia eventos sobre a temática da PcD.

A CPAI, em dezembro de 2019, compunha-se por onze membros: seis professoras de graduação (uma do curso de Nutrição, três do curso de Enfermagem, uma do Curso de Engenharia e uma do curso de licenciatura de Química; duas técnicas (uma Tradutora e Intérprete da Libras e uma Bibliotecária); e três discentes, duas do curso de Enfermagem e um do Curso de Medicina.

Em seu regimento, a CPAI se apresenta dividida em seis Eixos Temáticos: I – Assuntos Administrativos; II – Assuntos Educacionais; (b) III – Eventos; (d) IV – Comunicação; (e) V – Espaço de Apoio e Acessibilidade; (f) VI – Assuntos Acadêmicos. A composição dos Eixos Temáticos conta com até três representantes, membros efetivos da comissão.

Entrada dos estudantes com deficiência na UFRJ-Campus Macaé

Na UFRJ-Campus Macaé, após levantamento da CPAI junto à secretaria acadêmica no segundo semestre do ano de 2019, independente de terem entrado pela “Lei de Cotas”, foram identificados 16 estudantes com deficiência cursando os mais variados cursos de graduação, porém dois se encontravam em situação de jubramento.

Em relação a entrada do EcD no *campus* pela “Lei de Cotas”, a partir do segundo semestre de 2017, quatro estudantes se inscreveram, porém tiveram suas matrículas indeferidas por não se enquadrarem no perfil da pessoa com deficiência, segundo o edital da UFRJ, baseado na Lei Brasileira de Inclusão.⁶

No primeiro semestre de 2018, dos oito estudantes inscritos na vaga de PcD pela “Lei de Cotas”, quatro tiveram suas matrículas deferidas para a vaga de PcD, sendo três para o curso de Medicina e uma pelo curso de Farmácia. Estas solicitações foram atendidas de imediato para a sua inserção inclusiva e acessível nas disciplinas do Curso de Medicina [um estudante surdo sinalizante, que utiliza a Libras como primeira língua (L1); uma estudante com deficiência auditiva bilateral de moderada a severa, oralizada (tem como L1, a língua portuguesa), que compreende um pouco de Libras; e uma estudante com deficiência física]. O estudante surdo apresentou demandas de, pelo menos, quatro Tradutores e Intérpretes de Libras de nível superior, uma vez que, dentre outros aspectos, o curso de Medicina possui a característica de ser em período integral e as monitorias acontecem nos três turnos (manhã, tarde e noite).

Já no Curso de Farmácia, também de período integral, ingressou uma estudante com paralisia cerebral e deficiência visual, sendo necessário, segundo a CPAI, ledores (pelo menos 2). Ainda, a Comissão levantou demandas e vislumbrou melhorias da estrutura do *campus*, quanto a acessibilidade, principalmente, sinalização adequada, uso de banheiros e rampas, conforme as especificidades de cada deficiência. Após os levantamentos, foi encaminhado à Direção um relatório com as necessidades.

No entanto, o caso referente ao ingresso do estudante surdo no Curso de Medicina, foi o que mais demandou esforços e ações da CPAI, além de ter grande repercussão nos meios de comunicação, tanto na mídia impressa quanto na digital, em veículos locais e nacionais.

A primeira acolhida da CPAI ao estudante ocorreu na forma de reunião, no primeiro dia do mês de março de 2018, tendo a presença da TIL, servidora pública da UFRJ-Campus Macaé, de dois representantes do curso de Medicina (uma professora, membro da CPAI, e o coordenador do Ciclo Básico da Saúde) e mais três membros da CPAI. Na ocasião, o estudante se mostrou muito interessado, proativo e otimista para enfrentar desafios.

O uso da Libras como primeira língua pelo estudante, configurou-se no ineditismo tanto no curso

de Medicina da UFRJ-Campus Macaé como no *campus* como um todo, havendo, diante deste fato, a necessidade de contratação de pelo menos dois TIL, uma vez que é previsto em lei o revezamento dos TIL a cada 20 minutos, em sala de aula, em palestras, dentre outros.⁵

Devido ao ingresso do estudante, os membros da Comissão passaram a realizar constantes reuniões com o corpo de docentes bem como, com a Direção do *campus*, para atender da melhor forma possível as aulas ministradas, uma vez que foi a primeira experiência do curso, e muito teria que se aprender também com o próprio estudante, que se mostrou aberto para trocar suas experiências com todo o corpo social do curso e da Universidade.

Era um consenso que, para o novo, acertos e erros poderiam acontecer, todavia, existia grande disposição de todo o corpo social da UFRJ-Campus Macaé em parceria com a UFRJ-Campus Cidade Universitária, para encontrar caminhos que o estudante pudesse concretizar o seu sonho de se tornar médico.

Um aspecto observado no decorrer do primeiro semestre de 2018, foi a dificuldade do estudante em alguns conteúdos ministrados na disciplina Biologia para a Saúde, como também a ausência de base linguística de português. Por isso, a CPAI identificou a necessidade das aulas serem encaminhadas previamente aos TIL para organizarem a tradução e interpretação ao estudante; a necessidade de pensar em cursos de nivelamento em biologia e de português técnico para futuros estudantes usuários de Libras.

A CPAI apontou a necessidade de oferecer capacitação aos professores sobre aspectos pedagógicos e biossociais relacionados a surdez, Libras, dentre outros assuntos relevantes para a pessoa surda, tendo ainda realizado oficinas com este propósito.

Ações da CPAI

A primeira ação da CPAI na UFRJ-Campus Macaé foi a solicitação de TIL à Direção para atender a demanda do estudante surdo. A Direção da UFRJ-Campus Macaé por não conseguir os TIL junto à UFRJ-Campus Cidade Universitária, conseguiu em edital oferecido pela Secretaria Adjunta de Assuntos Educacionais, da Prefeitura de Macaé, a contratação de dois TIL para ficarem em dois turnos de segunda a sexta-feira, em apoio a servidora TIL da UFRJ-Campus Macaé.

A CPAI se reúne mensalmente para discutir aspectos voltados a legislação, estrutura do *campus*, temas abordados nas plenárias do FPAI, discentes com deficiência que demandam alguma necessidade imediata, dentre outros. Nas plenárias, há uma representante da UFRJ-Campus Macaé, que é membro da CPAI e sua suplente, também membro da Comissão. Todas as necessidades do *campus* levantadas pela Direção e pela CPAI são levadas à plenária para discussão e definição de propostas. O diálogo entre a CPAI e a DIRAC sempre era frequente, pois um membro da CPAI, foi membro da Câmara de Assuntos Acadêmicos, do FPAI, até fevereiro de 2020.

Ainda no contexto de garantir a inclusão e acessibilidade do estudante surdo, a CPAI promoveu uma série de encontros. O 1º Encontro voltou-se aos docentes do *campus*: “Incluindo o docente no aprendizado do discente “PcD”: como ser um professor acessível e inclusivo”. O encontro ocorreu em 04 de abril de 2018, com duração de 4 horas, abordando diferentes aspectos de acessibilidade e inclusão ao Surdo e demais PcD. Esse evento reuniu cerca de 60 pessoas, e permitiu iniciar um diálogo com docentes, estudantes e técnicos da UFRJ-Campus Macaé, aproximando-os de temas relacionados a surdez, condições e possibilidades de ensino, frente à nova realidade das Instituições Federais de Ensino Superior sobre a “Lei de Cotas” da PcD.

Ainda no primeiro semestre de 2018, visando dar continuidade às discussões, a CPAI convidou toda comunidade acadêmica e macaense a participar do segundo Encontro, intitulado “O processo de

formação do estudante com deficiência - Diálogos entre a Universidade e a Educação Especial do Ensino Regular", no dia 18 de junho, no turno da tarde, o qual contou com estudantes e profissionais de diferentes áreas, internos e externos à UFRJ.

O terceiro encontro foi realizado no dia 26 de setembro de 2018, em comemoração ao dia nacional do Surdo, visando aproximar e sensibilizar o corpo social o tema tão importante que é a pessoa surda e suas particularidades.

O quarto encontro aconteceu na cidade Universitária, no dia 27 de agosto de 2019, às 13h, promovido pela Coordenação do Ciclo Básico da Saúde em parceria com a CPAI, apresentou o tema: "A Educação do Surdo na Universidade" e foi direcionado aos professores das disciplinas de Biologia para Saúde, mas aberto ao público, e contou com a presença de cerca de 30 participantes, dentre eles, docentes, discentes e técnicos. O Encontro foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte direcionada ao público presente; e na segunda parte, dirigido especificamente aos professores do Ciclo Básico, para debater e esclarecer dúvidas sobre as estratégias de ensino e avaliação voltados ao estudante surdo sinalizante do curso de Medicina. O evento contou também com a presença de dois TIL do Instituto Federal Fluminense de Macaé; e a TIL da UFRJ-Campus Macaé, que ao final, deram contribuições importantes no campo da "Acessibilidade do Surdo no Ensino Superior".

A CPAI passou a oferecer, a partir do segundo semestre de 2019, a disciplina eletiva "Diálogos sobre a pessoa com deficiência", aberta a todos os cursos de graduação da UFRJ-Campus Macaé, sendo pioneira neste tema, em todo o *campus*. A disciplina foi planejada visando aproximar o estudante e futuro profissional sobre diversos aspectos relevantes para a atenção integral das PcD na sociedade. Com carga horária de 30 horas, oferece 25 vagas, e sua primeira turma contou com a presença e aprovação de 19 estudantes. Ainda no segundo semestre de 2019, a CPAI ofereceu o curso de extensão Introdução a Libras, coordenado pela TIL da UFRJ-Campus Macaé, com carga horária de 45 horas e 30 vagas. A primeira turma contou com a presença e aprovação de todos os cursistas, dentre eles docentes do *campus* e comunidade externa.

Os membros discentes da CPAI criaram um grupo do *WhatsApp* com os EcD para tirarem dúvidas e ouvirem suas demandas. Contudo, segundo os membros discentes, o grupo pouco funciona, pois os próprios EcD não os procuram, com exceção observada apenas para o estudante surdo que sempre buscou os seus direitos na instituição.

Presente na rede social *Instagram*, a CPAI tem seu perfil administrado por uma discente do Curso de Enfermagem, que é membro efetivo da Comissão. Semanalmente, são postadas as atividades realizadas pela Comissão, e informações relevantes sobre a pessoa com deficiência, como legislação, recursos educacionais, dentre outros.

Em dezembro de 2019, a CPAI participou do I Seminário de Educação Bilíngue do Instituto Federal Fluminense, em seu *campus* Macaé, visando apresentar as experiências voltadas aos trabalhos desempenhados junto a comunidade surda acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A CPAI apresentou sua história de implantação e ações voltadas aos EcD na UFRJ-Campus Macaé.

Em duas edições (2018 e 2019) da Semana de Integração Acadêmica, evento anual da UFRJ, a CPAI ofereceu, uma oficina na UFRJ-Macaé para apresentar pontos relevantes no campo da PcD. Observou-se, contudo, pouca adesão às atividades. Entende-se que a sensibilização do corpo social quanto a esse aspecto está no começo e ainda há um longo caminho a seguir.

Os membros da Comissão têm submetido trabalhos em diferentes congressos realizados no Brasil para divulgar as suas ações e trocar experiências, como, por exemplo, no Congresso Internacional do Instituto Nacional de Educação do Surdo (COINES), 2018; no Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM), em 2018; e no Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO),

em 2018.

Considerações Finais

A implantação da Comissão está sendo fundamental para auxiliar o corpo social do *campus* a receber estudantes com deficiência. Embora tenhamos uma legislação vigente, a UFRJ ainda precisa se fortalecer, especialmente na implementação de resoluções no campo da pessoa com deficiência para estar adequada, preparada e acessível de fato para todos que a procurem no seu processo de formação profissional, uma vez que é direito de todas as pessoas o acesso à educação.

Com a entrada de EcD foi perceptível que o ensino na UFRJ-Campus Macaé ainda é conservador. A entrada de um estudante surdo sinalizante veio desafiar essas dinâmicas e formas de ensinar, de modo a acolher, assistir, incluir todos os EcD, fomentando discussões sobre os processos de ensino e aprendizagem como um todo, visando garantir a sua permanência.

Para finalizar, sabemos que todo estudante, incluindo os EcD, ao ingressar na universidade, sente o impacto da diferença entre o ensino médio e o ensino universitário. Este traz maior autonomia para o acadêmico, que soa libertadora e assustadora ao mesmo tempo. Somente a frequência às aulas não garantirá êxito nas disciplinas. Conseguir assimilar o conteúdo ministrado exige organização, dedicação e recursos diversos, dentro e fora de sala de aula. no seu tempo e ritmo. “Aparentemente” é mais fácil, frente aos obstáculos, o EcD desistir, como tem sido observado em diferentes instituições de ensino superior, o que “resolveria” o problema. No entanto, só se adia o problema!

Desta forma, cabe a nós corpo social da universidade buscar soluções, apontar alternativas e transformar a realidade acadêmica, conseqüentemente, a vida do EcD, que tem sonhos, e deseja e deve conquistar o seu espaço no mercado de trabalho e na sociedade na qual vive. Ao tornar o ensino inclusivo e acessível para as PcD estamos aprimorando a qualidade de ensino e formação acadêmica e cidadã de toda a universidade. Façamos a nossa parte: inclusão é direito de todos!

Referências

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estatuto da UFRJ. 2019. Atualizado em 27/06/2019. Acesso em: 08 Mar 2020. Disponível em: <https://ufrj.br/estatuto-da-ufrj>.

²Wickbold CV, Siqueira V. Política de cotas, currículo e a construção identitária de alunos de Medicina de uma universidade pública. *Pro-Posições*, 2018; 29(1):83-105.

³Brasil. Lei nº 13.409 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Acesso em: 08 Jan 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm.

⁴Castro BGSMM, Amara SCS. Ações afirmativas no ensino superior: a utilização de cotas para pessoas com deficiência na UENF. In: Mol, G. S., Melo D. C. F. (Org.). *Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades*. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 84-101. (Coleção Inclusão e Interdisciplinaridade; v. 2).

⁵Capelli JCS, De Cicco NT, Barral J, Rumjanek VM. *A educação do surdo no ensino superior*. Manual técnico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. 35 p.

⁶Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em: 04 Abr 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

⁷Mol GS, Melo DCF. Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 176p. (Coleção Inclusão e Interdisciplinaridade; v. 2).

⁸Tannus-Valadao G, Mendes EG. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2018; 23: e230076.

⁹Lourenço AEP, Cordeiro AA, Capelli JCS, *et al.* Programa de educação pelo trabalho para a saúde (PET-SAÚDE) e a formação do nutricionista num campus de interiorização. Demetra, Rio de Janeiro, 2017; 12(1): 41-58.

¹⁰Campus Macaé-UFRJ. Apresentação. O Campus UFRJ-Macaé. Acesso em: 29 Jan 2020. Disponível em: <http://www.macaue.ufrj.br/index.php/2016-02-15-16-00-04/2016-02-22-14-38-42>.

¹¹Capelli JSC, Di Blasi F, Dutra FBS. Professors' perception of the entry of a deaf student into a university campus. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, 2020; 26(1):67-88.

¹²Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Acesso em: 08 Mar 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

¹³Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva. Análise e Recomendações para funcionamento. Anos 2016-2017. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Comissão Executiva. FPAI-UFRJ, 2017. 17p.

Submissão: 10/08/2020

Aceite: 12/08/2021